



## **Jornalismo e Aids: crítica e criação de sentido na esfera pública<sup>1</sup>**

Glauber Lemos<sup>2</sup>; Ivo Henrique Dantas<sup>3</sup>; Júlia Salamé<sup>4</sup>; Mariana Banja<sup>5</sup>; Rafael Marroquim<sup>6</sup>

Universidade Católica de Pernambuco

Professora Orientadora: Ana Veloso<sup>7</sup>

### **Resumo**

As interfaces entre o jornalismo e o vírus HIV/Aids no Brasil evidenciam que as ações de informação não se convertem em ações comunicativas, voltadas à produção de conhecimento e mudanças de comportamento quanto à doença. A construção das notícias é pautada, majoritariamente, nas medidas governamentais e em formas de prevenção, sem um diálogo expressivo com a sociedade civil. Nesse sentido, a cobertura torna-se “caolha”, isto é, com apenas uma versão dos fatos. O noticiário é também orientado mais ao acontecimento (Carnaval, Dia Mundial de Luta contra a Aids) do que ao tema e sem um olhar regionalizado, patente na análise do periódico pernambucano *Jornal do Commercio*.

### **Palavras-chave**

Jornalismo; HIV/Aids; criticidade

### **Comunicação e aids: narrativa mitológica nos veículos de comunicação**

A compreensão da comunicação como Direito Humano e, sobretudo, como política e instrumento de consenso, imprime a esse domínio da experiência função relevante nas democracias atuais. A representação social da aids, por se tratar de um fator limitante à modernidade, adquire significância pertencente a um mundo marcado

---

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada ao Grupo de Trabalho Jornalismo e Editoração do Iniciacom, no X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Estudante de graduação em Comunicação Social – Hab. Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – Unicap, e da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). E-mail: glauber.lemos@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de graduação em Comunicação Social – Hab. Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). E-mail: ivohenrique@gmail.com.

<sup>4</sup> Estudante do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: juliasalame@gmail.com.

<sup>5</sup> Estudante do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco e do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marianabanja@gmail.com.

<sup>6</sup> Estudante do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco e bolsista do Pibic-Católica de agosto de 2006 a junho de 2007. E-mail: rafael\_marroquim@yahoo.com.br.

<sup>7</sup> Mestre e Professora da Universidade Católica de Pernambuco e coordenadora de Comunicação da Organização Não-Governamental Centro das Mulheres do Cabo. E-mail: anamveloso@terra.com.br.



pelo conforto e alta produção da técnica e, pelo mesmo processo, da distância de um entendimento só possível com o diálogo.

Desde seu surgimento, na década de 1960, a doença se caracteriza como “a praga do século 20” ou “contenção divina da natalidade”. O que se tem, em sentido mais amplo, é a criação de mitos em série em torno de algo ainda não descoberto. O incerto, quando reverberado pelos jornais, recorre ao desalento de pesquisas que apontam para o crescimento da epidemia, e as suas formas de contenção, sempre no desespero de trazer o “furo”, uma possibilidade de cura.

Na chamada *era invisível* – fase inicial da cobertura jornalística – tem-se o primeiro relato publicado sobre a doença em *Morbidity and Mortality Report*, afirmando que a única característica partilhada pelos cinco homens que sofriam de “uma estranha pneumonia” era o fato de serem homossexuais. O termo *gay-related infectious disease* só mudou para *síndrome de imunodeficiência adquirida* quando se tornou claro que a doença afetava a todos.

O vírus esteve ainda concatenado com a representação de “olimpianos” da indústria da cultura. Como mostra o pesquisador Fausto Neto (1991), no Brasil, as mortes do ator Lauro Corona e do cantor Cazuza apresentam o potencial de dissecação e de revelação da doença por parte de jornais e revistas. Esse processo de “hierarquização” e “vedetização” de personagens abarca uma linguagem sacralizada, em que, no primeiro caso (Corona), subsistem dispositivos semânticos para esconder o HIV, e, no segundo (Cazuza) para mostrá-lo como corpo-objeto de reprodução/produção midiática.

Atualmente, a aids é também tida como 'estória' de fantasma (TRAQUINA, 2001). O tema do medo é constante, realçando o alastramento da doença com uma série de notícias que privilegiam os dados estatísticos e não as pessoas. Os mais ausentes na cobertura jornalística são precisamente aquelas mais diretamente visadas pelo "fantasma": as que vivem com HIV.

O que se compreende é a apreensão da comunicação como força motriz da naturalização dos fatos narrados, dados estampados em folhas branco-preto que esquecem a dimensão do humano, do entendimento, da crítica às políticas públicas.



Longe de se tornar instrumento de democracia, se aproxima às narrativas “sensacionais”, criadas com o intuito de reger ordens sociais determinadas, conforme assinala BARTHES (2003):

“Do ponto de vista ético, o que é incômodo no mito é precisamente o fato da sua forma ser motivada. Pois, se existe uma “saúde” da linguagem, é o arbitrário do signo que a fundamenta. O que é repulsivo no mito é o recorrer a uma falsa natureza, é o *luxo* das formas significativas – como esses objetos que decoram a sua utilidade com uma aparência natural. Esse desejo de oferecer à significação o peso, a caução de toda a natureza, provoca uma espécie de náusea: o mito é demasiado rico, e o que ele tem a mais é precisamente a sua motivação.” (Barthes, 2003, p. 147 e 148)

A discussão parte, também, da racionalização sobre o exercício do poder político a partir dos periódicos. O noticiário relacionado à aids no país é pautado, principalmente, pelas ações do poder executivo com o intuito de arrefecer o crescimento do vírus. Caolhos, no sentido de apresentar apenas a versão do governo, sempre emitida em determinados períodos do ano (Dia Mundial de Luta contra a Aids, Carnaval) e com forte atuação das assessorias de imprensa, os acontecimentos permanecem acrílicos, desprovidos do debate junto à opinião pública. Essa “falha” de apuração acontece, dentre outros motivos, por ser o poder público um dos maiores anunciantes em jornais, TVs e rádios.

Nessa perspectiva, faz-se urgente efetivar uma comunicação pública na esfera nacional de combate à aids, que vá além da publicidade desconexa, realizada em dois ou três períodos do ano, e que leve em consideração o fato de a doença crescer justamente nos que possuem pouco acesso à informação. É preciso se perguntar o porquê desse crescimento, e como a comunicação pode trazer mudanças efetivas nesse processo. Tem-se, pois, a importância de uma dupla pedagogia comunicacional: de um lado, a do ponto de vista da saúde, com práticas de prevenção distanciadas de imperativos como “use camisinha”, sem ao menos explicar a razão do uso; e, por outro, a pedagogia política, para garantir fiscalização, crítica e viabilidade, no sentido de aprimoramento, às políticas públicas correspondentes ao tratamento do HIV.

Neste artigo, buscamos evidenciar as interfaces entre a comunicação e aids no Brasil. Para isso, traçamos o perfil das notícias veiculadas no Jornal do Commercio (Pernambuco). Verificou-se que o periódico está orientado em torno de acontecimentos



ao invés de temas, muitas vezes sem a criação de sentido ou validade no idioma público, e sem qualquer vínculo com a realidade local.

## **1. Estudo de caso - Aids e a produção noticiosa**

O *corpus* da pesquisa consiste nos produtos noticiosos veiculados pelo Jornal Commercio (pernambucano) durante o período de 1º de novembro a 2 de dezembro. Tal período foi avaliado nos anos de 2003 e 2007. A escolha dos dias deu-se em razão de ser 1º de novembro o Dia Mundial de Luta contra Aids, momento marcado por grande volume de matérias sobre o tema. Já a dos anos tem como base a liturgia do poder político: é no início de governo quando as primeiras medidas e pesquisas contra a doença são divulgadas pelo Ministério da Saúde. Com isso, estudou-se o primeiro ano do mandato inicial do Governo Lula (2003), e o do segundo (2007).

Decidimos abordar as questões, que tocam o tema "Comunicação e AIDS", reveladas pelo estudioso português Nelson Traquina. O professor catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa desenvolveu a pesquisa "A Problemática AIDS: Acontecimentos, Notícias e 'Estórias", com o objetivo de verificar de que modo a problemática da Aids se constitui como fonte de discussão pública.

Frente ao fato do reconhecimento de que os mídia desempenham um importante papel na comunicação sobre esse tema, analisar a cobertura jornalística da aids, nos jornais locais, nos darão a dimensão, por mais alheias que as notícias dos periódicos possam parecer, de enxergar a literatura do *newsmaking* e, conseqüentemente, o poder do jornalismo não só na projeção social dos assuntos sociais, mas também no enquadramento desses assuntos atinentes à esfera pública (Molotch e Lester, 1974).

Para a análise quantitativa das matérias procurou-se elaborar uma ficha de registro com diferentes variáveis para mensuração do nível de debate público realizado pelo jornal sobre o tema. Inicialmente, caracterizou-se o gênero jornalístico em que as matérias sobre o HIV aparecem como editorial, artigo, notícia. Em seguida, avaliou-se o tipo de notícia, se tinha como foco o crescimento da epidemia (com o uso, essencialmente, de pesquisas estatísticas), na sua prevenção, políticas governamentais, surgimento de novas drogas no campo da biomedicina e também se era realizadas em



função de atores da sociedade civil (portadores, ONGs), ou a partir de discussões no plano da moral, com debates dotados de valoração ética entre as fontes.

Foi ainda analisado se a notícia estava orientada em torno de algum acontecimento (evento), como divulgação de nova pesquisa, Dia Mundial de combate ao vírus, ou se orientadas para o tema, sem compromissos previamente agendados ou datados<sup>8</sup>. A pesquisa também compreende o número de versões ouvidas nas matérias, se uma ou mais de uma, assim como o campo social a que pertencem as fontes e seu sexo. A repercussão local foi outro ponto de investigação já que as notícias sobre aids são, em grande parte dos casos, boletins de grandes agências de notícias, o que evidencia a criação um fosso “geográfico” da notícia, isto é, a ausência de debate na esfera pública local<sup>9</sup>. Depois de catalogados, esses dados foram trabalhados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), permitindo uma maior sistematização e criação de gráficos.

O projeto envolve a qualificação dos resultados obtidos. Entrevistamos representantes da sociedade civil organizada, a Organização Não Governamental Gestos Soropositividade, Comunicação & Gênero e a atual repórter sobre a temática no Jornal do Commercio. Assim, propõe-se uma investigação na construção do sentido das “informações midiáticas” como algo que não corresponde apenas à intenção do produtor (jornalistas), nem apenas ao receptor (leitores), mas como resultado de uma *co-intencionalidade* (CHARAUDEAU, 2006) que compreende os efeitos visados na produção das matérias.

### 1.3 Quando e como a aids é notícia

Depois da análise de 54 notícias, coletadas em mais de 60 edições de jornais, o resultado obtido aponta para a construção de discursos que têm como porta-vozes profissionais políticos do campo da saúde, estatísticas naturalizadas e médicos (quase gurus) encarregados da criação de novas panacéias. À sociedade civil e aos portadores do HIV a referência é mínima, sendo designado o papel de *instância testemunha* no

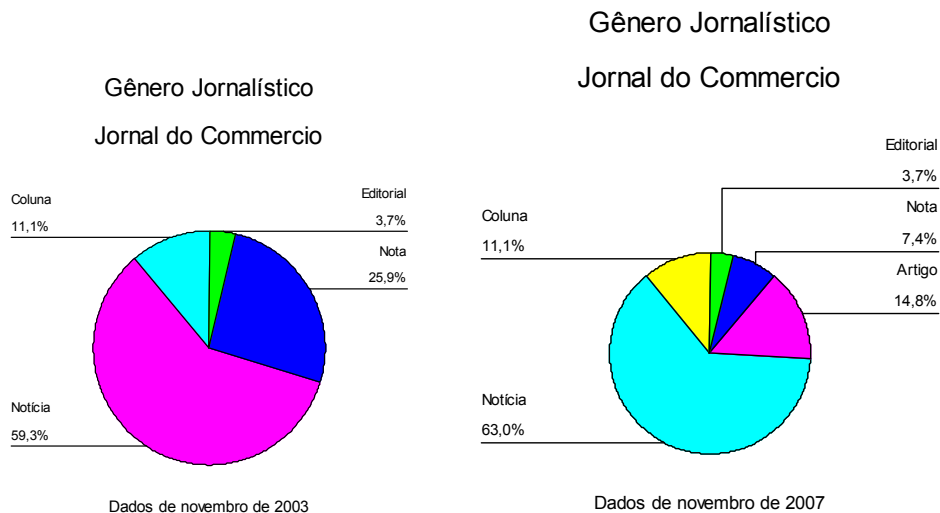
---

<sup>8</sup> Algumas categorias de análise têm por base pesquisa sobre o tema de Rogers, Dearing e Chang (1991, apud in Traquina, 2005), principalmente no que concerne ao “tipo de notícia”, atores ou fontes mais suscitados e a orientação em torno do tema ou evento.

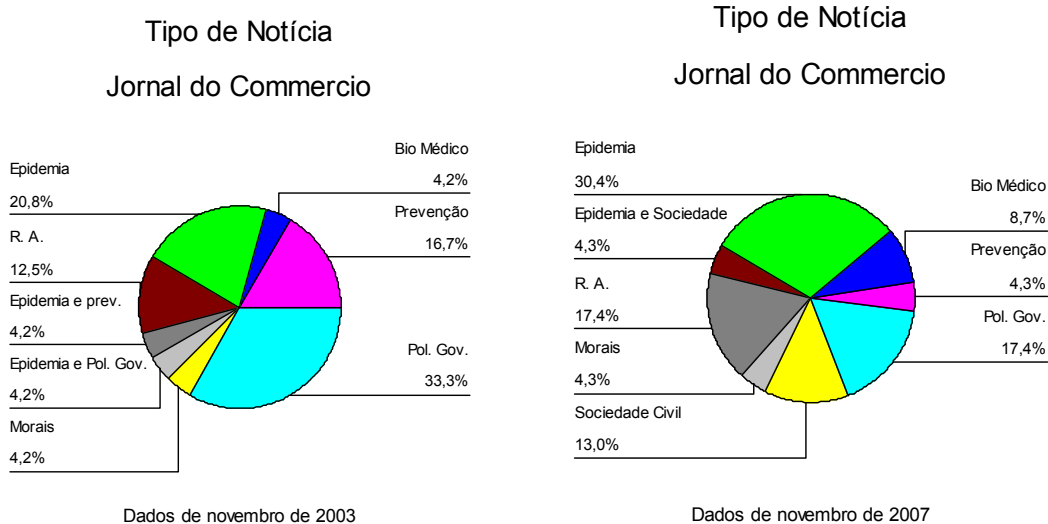
<sup>9</sup> Acrescentamos variáveis como o número de versões, sexo, tendo em vista a feminização da aids e, por fim, o grau de repercussão com as fontes locais a fim de evidenciar o ‘colonialismo’ midiático no debate em Pernambuco.

debate sobre o tema. O noticiário é construído, em sua maioria, por agências noticiosas e com apenas uma versão dos fatos.

A primeira variável estudada concerne aos gêneros jornalísticos em que as matérias sobre a aids aparecem. Os dados apontam para uma superioridade de “notícias”. A distinção entre “notas” e “colunas” acontece por ser o segundo espaço mais relevante, nos jornais locais, do que o primeiro. As notas, portanto, se configuram como pequenos textos distribuídos nas edições, com exceção as que estão em colunas. Nos espaços ditos de “opinião” (editorial e artigo), a referência ao vírus dá-se de forma abstrata, sem a apresentação de argumentos consistentes. O HIV, nesses casos, surge como dado para ser comparado a outras doenças como diabete ou hepatite, sem se tocar nas especificidades do vírus.

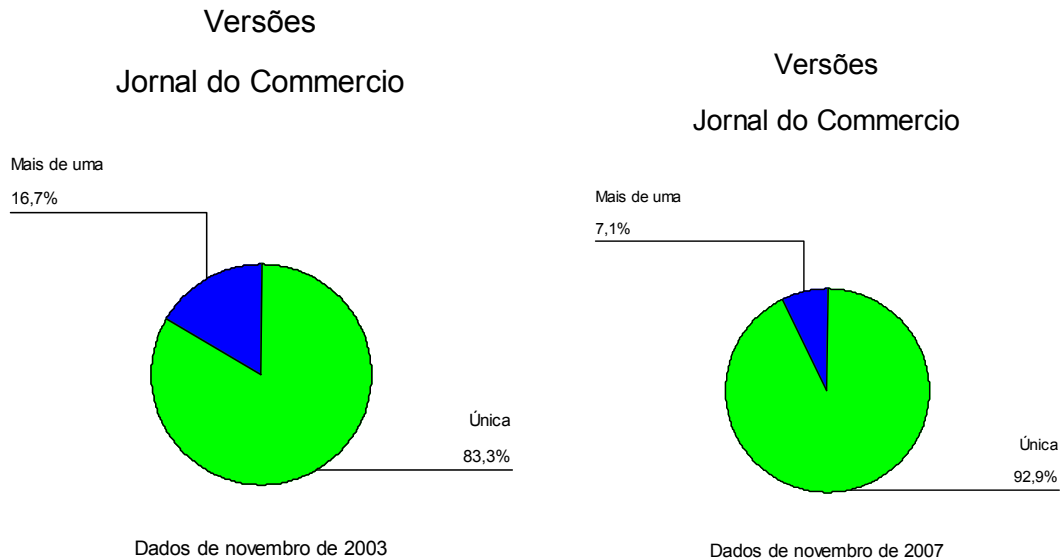


Após o gênero, avaliou-se o tipo de notícia na qual a aids é enquadrada no periódico. Definimos como “epidemia” às voltadas a grandes regressões estatísticas e com foco exclusivo no crescimento da doença ao redor do globo. As que tratavam especificamente de métodos contra a propagação do vírus foram consideradas como de “prevenção”. Novos medicamentos, possibilidades de cura dentre outros acontecimentos de cunho científico foram abordados como “biomédico”. As notícias de embates éticos como a relação entre a aids e a Igreja Católica, e o preconceito aos portadores, definiu-se como “morais”. Por último, avaliamos aquelas inseridas na esfera da “política governamental”, da “sociedade civil” e as de “referência abstrata” (RA), isto é, sem nenhum vínculo expressivo com o tema, citando apenas o nome do vírus.



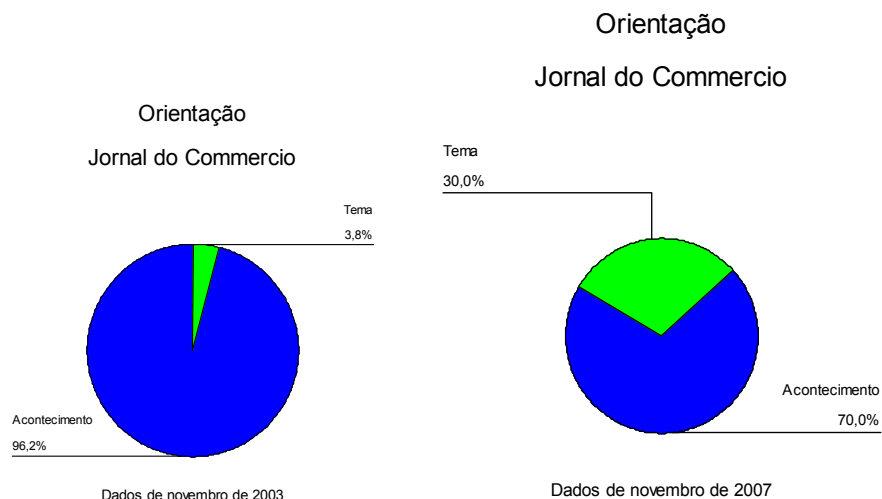
Conforme se pode observar nos gráficos, as notícias de cunho “estatístico” (crescimento do vírus), aliadas às políticas governamentais se consolidam como principal “pauta” do periódico. Segundo assinala BARTHES (2003), tal caracterização numérica e, portanto, naturalizada “abole a complexidade dos atos humanos, (...) suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições (...) que se ostenta em sua evidência” (p. 164).

Os conflitos “morais” foram pouco registrados no período de pesquisa, mas salientam ora esvaziamento discursivo, próprio do campo dos *media*, ao motivar divergências entre instituições de domínios distintos da experiência, como a Igreja Católica e a sociedade civil organizada; ora apenas uma versão dos fatos narrados, apelando a um monologismo discursivo. Também longe da pluralidade de versões estão as notícias sobre o Poder Executivo. As ações governamentais, que assumem a maioria entre os tipos de notícia sobre a aids, são desprovidas de qualquer idéia contrária, deixando à margem o diálogo essencial à democracia participativa, por excluir a sociedade civil organizada. O debate torna-se inexistente, afastando o periódico da função de fiscalização das autoridades públicas e, acima de tudo, de criticidade e de sua função social.



Além de apresentarem, majoritariamente, apenas uma versão, algo condenado até pelos adeptos à objetividade, a problemática da aids é também pautada mais pelo acontecimento (evento) do que pelo tema e relevância. Com relação ao Dia Mundial de Luta contra Aids (01/12), no ano de 2003, em um total de 27 notícias, nove foram diretamente motivadas pela data, o que corresponde a cerca de 33%. Dado semelhante ocorreu em 2007, com aproximadamente nove textos. Nessa perspectiva, do mesmo modo como acontece com as propagandas institucionais, o HIV só é notícia em períodos datados, ou quando determinados fatos rompem a epiderme natural dos acontecimentos, como o caso recente de um motorista, portador, que ameaçava contaminar a esposa. Próximo ao 1º de dezembro, entidades lançam editais sobre o crescimento da aids, o que aumenta ainda mais a quantidade de matérias orientadas ao dia conforme apresenta Cláudia Vasconcelos, repórter e setorista sobre o tema do Jornal do Commercio:

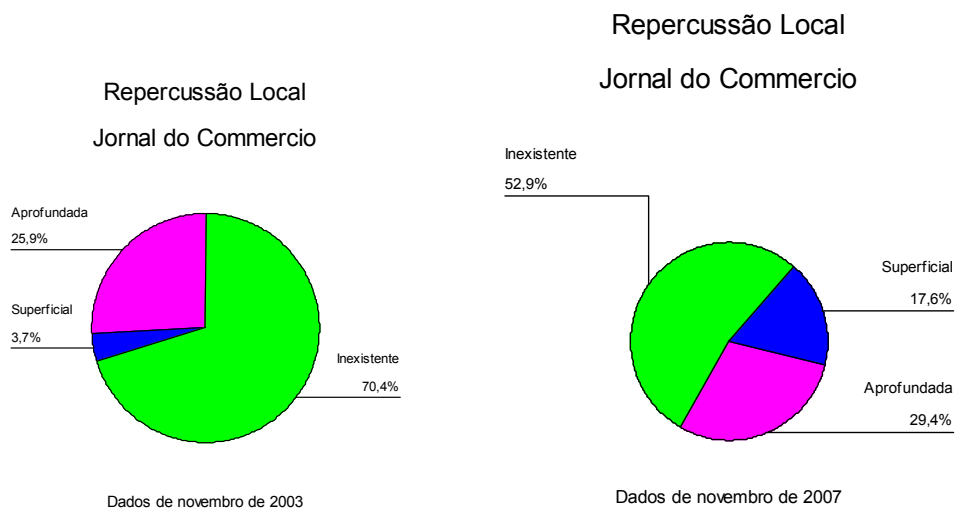
“O Dia Mundial é o maior gancho que se tem para a cobertura de aids durante o ano inteiro. Até porque próximo a essa data o Unaiids (Programa Conjunto das Nações Unidas para Aids) lança seu relatório anual, os governos federal e estadual iniciam suas novas campanhas e as próprias ONGs intensificam suas ações”. (Vasconcelos, Recife 3 de dezembro de 2007).



A variação próxima aos 20% nos dois períodos decorre do maior número de artigos e editoriais em 2007. Mesmo com a fuga à agenda, esses textos estão distantes de contemplar um debate mais acurado concernente à aids. Por despertar o interesse de jornalistas, datas, como o 1º de dezembro, são estratégicas para representantes da sociedade civil. Segundo Adlene Andrade, assessora de comunicação da ONG Gestos Soropositividade, Comunicação & Gênero, a necessidade de fontes e personagens faz com que a entidade “selecione” os veículos para os quais enviam as melhores ‘estórias’:

“Só repassamos as informações aos jornais, rádios e TVs comprometidos, de certa forma, com os Direitos Humanos e que respeitam os soropositivos. É uma forma de usar o campo da comunicação como trincheira ante a atuação de veículos mal intencionados” (ANDRADE, Recife, 21 de novembro de 2007).

Outra parte do estudo analisa, uma vez que a maioria das notícias publicadas é motivada por material noticioso encaminhado por agências ou assessorias de imprensa, o grau de repercussão local das matérias. A proposição de diálogo com a sociedade, como forma de racionalização da esfera pública local, entretanto, não se apresentou de modo satisfatório em ambos os períodos verificados. Em 2003, apenas 25,9%, de um total de 27 matérias, aprofundaram a discussão acerca da problemática aids, o que confere destacar o percentual de notícias sem repercussão, 70,4%, e com penetração superficial, 3,7%. Já em 2007, só 29,4% das matérias veiculadas abordaram o assunto de maneira mais acurada. Nesse ano, a ausência de repercussão atingiu 52,9%.



As percentagens indicando inexistência de repercussão são atribuídas, segundo a jornalista Cláudia Vasconcelos, às definições internas de cunho editorial, que centralizam as pautas sobre aids, sendo de agência, nas editorias de Brasil e Internacional, e às dificuldades de acesso às instalações públicas (hospitais, clínicas) que oferecem o serviço (atendimento, diagnóstico, acompanhamento) à população, no ‘caderno’ de Cidades.

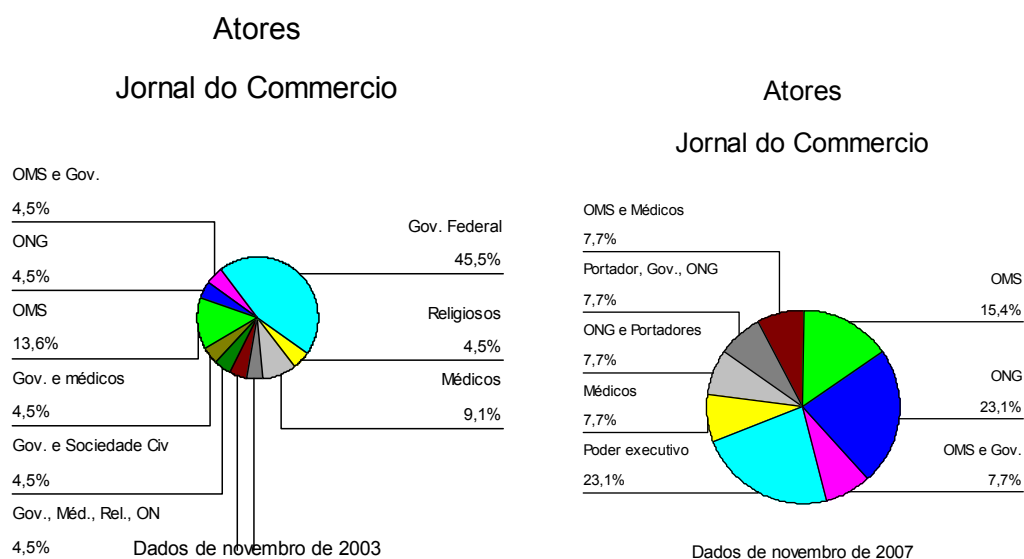
“As notícias de agência, no geral, saem nas editorias de Brasil e Internacional, que poucas vezes repercutem esse tipo de assunto com fontes locais. A não ser que haja algum dado ou faceta da notícia que destaque Pernambuco. Quando isso acontece, às vezes Brasil e Internacional abdicam da pauta, que passa para a editoria de Cidades, responsável pelas notícias locais. (...) Conseguir entrar nos hospitais para ver as condições do serviço oferecido à população é um problema, pois o governo estadual dificulta a entrada da imprensa. Vale ressaltar, porém, que esse é um obstáculo da cobertura de saúde como um todo. (...)”. (VASCONCELOS, Recife, 3 de dezembro de 2007).

Embora a informação nas instituições de saúde seja de acesso restrito, ela não justifica a ausência de maior validade e regionalização nas notícias. A decisão editorial confirma o posicionamento do jornal frente ao problema: o local como espaço marginal.

A realidade na qual se têm consolidado os processos comunicacionais vivenciados em escala mundial impede, desse modo, que o local seja visto no vasto universo, o que caracteriza significativamente o caso da aids. Nessa ótica, o jornalista Ricardo Mello atenta, no livro *Comunicação de Interesse Público*, para o fato “de o espaço marginal passar a não existir como elemento vivo, sendo para a mídia uma espécie de não-lugar”(2004, p. 117).

Nesse contexto, no universo do *mass media*, da informação descontextualizada, a homogeneização de conteúdos, partindo de grandes centros, acaba por atingir a todos, de modo impositivo, não garantindo, conforme atestado pelos números da pesquisa, a problematização na esfera pública local, que acaba designada ao papel de coadjuvante ou mesmo de ventríloqua do noticiário das agências. Assim, a dupla pedagogia comunicacional, já discutida, é comprometida, dando margem ao surgimento de um “não-lugar midiático”, ou colonialismo noticioso. Ao espectador/leitor/ouvinte é transmitido um mundo sem referência, distanciada de sua interação e poder de decisão sobre os rumos futuros de sua comunidade.

Relacionada ao baixo nível de repercussão e, sobretudo, a capilaridade do assunto aids diante de toda a população, está a idéia do uso de fontes oficiais por parte dos jornalistas. Ao se trazer a discussão por meio da variável atores, fica evidente que as matérias veiculadas, com destaque ao ano de 2003, pouco ou quase nada refletiram a opinião de fontes distantes do poder executivo, que ocupou 63,5% do espaço.

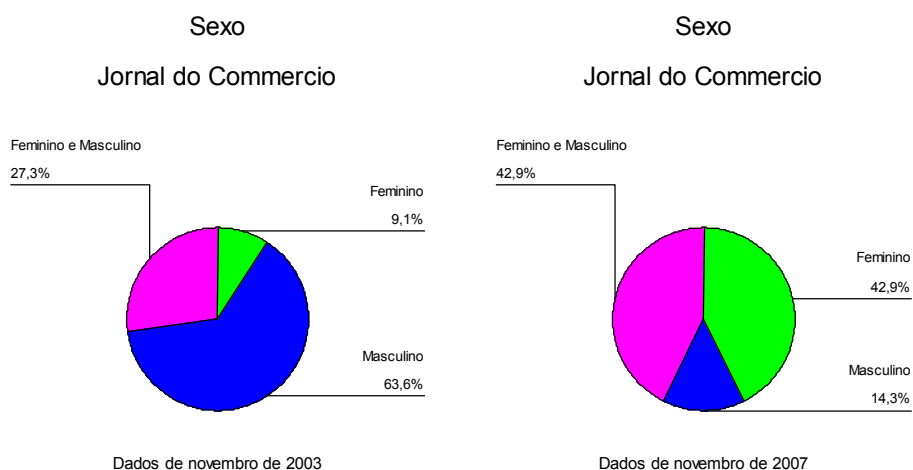


Os resultados evidenciam um acesso privilegiado por parte das fontes oficiais do governo. O que atesta, de certo modo, as inferências da Teoria do Agendamento sobre a conjunção de componentes noticiosos: a agenda midiática (ou agenda jornalística), o conteúdo da mídia; a agenda pública, acontecimentos e assuntos vividos efetivamente pelas pessoas que compõem o público por serem considerados como relevantes; e agenda das políticas governamentais, eventos e informações empreendidas pelo Estado (MOLOTCH; LESTER, 1999).

Já as matérias investigadas em 2007 se mostraram mais plurais, oportunizando espaço melhor distribuído às diversas instâncias sociais. Às Organizações Não Governamentais coube 38,5%, exatamente a mesma percentagem do poder executivo. Vale ressaltar que nem sempre o espaço cedido confere igualdade ou profundidade no debate.

Contudo, embora haja um crescimento significativo das entidades da sociedade civil sendo consultadas acerca da doença e de seus temas transversais, pode-se afirmar a carência, quase que completa, da opinião de portadores do vírus. O motivo apontado pela jornalista do Jornal do Commercio, Cláudia Vasconcelos, e também pela assessora de comunicação Adlene Andrade, é o preconceito. Segundo a repórter, "apesar de a identificação dos soropositivos já ter sido mais problemática, são poucos os que aceitam se expor, pois o preconceito ainda é grande". Na opinião de Andrade, a quebra desse estereótipo é uma das vertentes de trabalho da entidade, sendo, para isso, a comunicação ferramenta indispensável. Também os jornais, reprodutores de mitos em série da doença e, de certa forma, fomentadores desse preconceito deveriam dialogar com essa proposta, uma vez que a discrepância entre estatísticas e ‘fontes humanas’ é gritante.

Ainda no tocante as fontes, analisando dessa vez a variável sexo, é evidente a discrepância entre os anos estudados. Em 2003, o predomínio de fontes e personagens masculinos respondia por mais da metade das ocorrências; em 2007, a participação feminina cresceu quase cinco vezes. A repercussão inicialmente restrita a um público traduz a incompreensão, referente à epidemia, ao persistir na existência de guetos tendenciosos à doença.





A feminização do HIV responde pelo aumento de casos de doenças entre mulheres. Tema recorrente é a transmissão vertical do vírus durante a gravidez, no parto ou no período de amamentação. Outro fator determinante é a contínua presença da sociedade civil, que, como afirma Manuel Castells, faz uso de materiais culturais e constrói nova identidade a fim da redefinição de sua posição na sociedade, o que acaba por redefinir a própria sociedade:

“Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram” (CASTELLS, 1999, p. 23-24).

O papel dos *media* também ratifica a mudança nas percentagens. Sob pressão da sociedade civil, por necessidade de inserção da figura feminina no espaço da mídia, os veículos de informação se vêem obrigados a criar canais de diálogo com o público, a fim, inclusive, de garantir a sua existência. A ameaça de perda da legitimidade/credibilidade frente aos leitores faz com que os *media*, em sentido mais amplo, substituam os próprios discursos.

### **Conclusão**

A aids, quando da produção de notícias, encontra-se presa às fontes oficiais, a apenas uma versão dos fatos e distanciada de um debate racionalmente estabelecido. Presos à agenda dos *media*, os textos são tidos pela perspectiva do agendamento e desprovidos de reflexões da esfera pública local.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, podemos afirmar a esquizofrenia da cobertura jornalística sobre a aids, vez que a trata como 'fantasma', um problema que transborda realismo. A doença, atualmente, é uma questão de saúde pública, não só pelo número de pessoas que atinge, mas ainda pelo sucateamento das políticas de estado para dar suporte aos infectados.

Em Pernambuco, por exemplo, de acordo com a secretaria de Saúde do Estado, existem 11.246 casos de aids confirmados (dados atualizados em 30/11/2007). O hospital referência no atendimento é o Correia Picanso, responsável pelo atendimento de 60% dos portadores da doença. Nele, contudo, só dez leitos estão em atividade. Existem mais vinte, sendo dez de tratamento intensivo, sem funcionar. Isso acontece há



mais de cinco anos, sempre justificado da mesma forma: faltam profissionais e equipamento. Cabe, portanto, também ao jornalismo, a crítica às políticas públicas de enfrentamento da doença, ao invés de se restringir ao crescimento desmedido do vírus e às notícias do poder executivo de versão única. É necessário ainda ter em vista o papel da educação, obrigação constitucional do estado e também dos periódicos.

A naturalização do princípio da objetividade jornalística tem suprimido esses desdobramentos essenciais e, muitas vezes, óbvios com relação ao tema. Vendo somente o posto em relatórios anuais e em campanhas publicitárias periódicas, motivadas por calendário festivo, a notícia, pressuposto nela o interesse público e a racionalização da esfera pública, está na contra-corrente.

E da mesma forma que o governo carece de postura ativa e contundente no tratar da problemática, empobrecida mais ainda está a instituição dos *media*. Continua a se esperar dela a sua função vital, inerentemente correlata ao público, que é a denunciar os problemas, fiscalizar os setores públicos e, efetivamente, cobrar melhorias e soluções. O sentido está em alargar a noção de democracia, por meio de problematizações que insuflam o debate, a reflexão e a construção da cidadania.

## Referências

- ARTMANN, Elizabeth. **Interdisciplinaridade no enfoque intersubjetivo habermasiano: reflexões sobre planejamento e AIDS**. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v6n1/7035.pdf>. Último acesso em 23-10-2007.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991
- GONÇALVES, Erli Helena; VARANDA, Renata. O Papel da Mídia na Prevenção do HIV/AIDS e a Representação da Mulher no Contexto da Epidemia. *Ciência e Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 01, n. 10, p.229-235, 10 jan. 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997, v. I-II.



NILO, Alessandra. **Controle Social, Comunicação & aids**. Comunicaid, 2005. Último acesso em 21-10-2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Para uma genealogia do discurso da globalização e da experiência**. BOCC – Biblioteca On-line das Ciências da Comunicação, Lisboa. Último acesso em 21-10-2007.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século xx**. 1. ed. Sao leopoldo, rs: UNISINOS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.